



AP3E
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS E
ENGENHARIA DE EXPLOSIVOS

REGULAMENTO ELEITORAL
(RE)

REGULAMENTO ELEITORAL

CAPÍTULO I DO ÂMBITO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º (ÂMBITO)

O presente Regulamento Eleitoral (RE) contém as normas a que deve obedecer o Processo Eleitoral e as Eleições para os Corpos Sociais da AP3E: Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal.

ARTIGO 2º (CONSIDERAÇÕES GERAIS)

1. Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são eleitos trienalmente, por escrutínio secreto, em listas únicas para todos os Corpos Sociais, em Assembleia Geral de sócios.
2. As listas têm que ser subscritas por um mínimo de vinte associados, os quais não poderão subscrever mais do que uma lista.
3. Cada sócio só poderá estar representado num dos Corpos Sociais devendo as listas especificar os cargos a desempenhar.

CAPÍTULO II DOS ELEITORES E ELEGÍVEIS

ARTIGO 3º (CONDIÇÕES)

1. Apenas podem tomar parte e votar nas reuniões convocadas para o efeito de eleição os sócios que se encontrem em pleno gozo de direitos e que tenham pelo menos seis meses de inscritos e as quotas em dia.
2. São elegíveis para os cargos directivos apenas os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos cívicos e de eleitores da Associação.

ARTIGO 4º
(RELAÇÃO DOS SÓCIOS ELEITORES E ELEGÍVEIS)

No ano em que tenha de proceder-se a eleições, a Direcção da Associação mandará actualizar a relação dos sócios com capacidade para eleger e ser eleitos, a qual poderá ser consultada pelos sócios interessados.

ARTIGO 5º
(RECLAMAÇÕES)

1. As reclamações dos sócios, pessoal e directamente interessados quanto à relação a que se refere o artigo anterior, serão apresentadas por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até cinco dias úteis antes da realização da Assembleia Geral convocada para as eleições.
2. A Mesa da Assembleia Geral comunicará aos interessados a deliberação tomada sobre a reclamação em tempo oportuno.

CAPÍTULO III
DAS CANDIDATURAS

ARTIGO 6º
(COMPOSIÇÃO DAS LISTAS)

1. Nas listas que pretendam concorrer à eleição dos Corpos Sociais da Associação deve constar, além do cargo a exercer por cada membro, o nome completo e o número de sócio e ainda incluir uma declaração de aceitação por parte de cada candidato, no caso de ser eleito.
2. As listas concorrentes deverão apresentar, juntamente com a sua candidatura, um plano de acção para o triénio.
3. As listas propostas às eleições deverão ser subscritas por um número de sócios eleitores não inferior a vinte e que não constem das mesmas.
4. Qualquer lista proposta a sufrágio deve ser apresentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, até vinte dias antes da data marcada para o acto eleitoral.

ARTIGO 7º
(PROPOSTA DE CANDIDATURA PELA DIRECÇÃO)

Quando houver lugar a eleições e caso não apareça qualquer lista dentro do prazo fixado no ponto 4 do Artigo 6º deste Regulamento e de acordo com o Artigo 9º dos Estatutos, deve a Direcção promover a constituição de uma lista para os Corpos Sociais da Associação com o objectivo de concorrer às eleições.

ARTIGO 8º
(CONSTITUIÇÃO DAS LISTAS DE CANDIDATOS)

As candidaturas dos sócios aos vários cargos que compõem o conjunto dos Corpos Sociais da AP3E consideram-se, na sua globalidade, como constituindo uma única e solidária lista concorrente às eleições, quando propostas pelo mesmo grupo de sócios ou nos termos do artigo anterior pela Direcção.

ARTIGO 9º
(INCOMPATIBILIDADES)

1. Nenhum sócio poderá figurar em mais de uma lista concorrente às eleições.
2. Os dirigentes a quem tenham sido aplicadas sanções, por actuação negligente, culposa ou dolosa, prejudicial aos fins da AP3E, não são elegíveis para o período imediato.
3. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deverá declarar nula, para todos os efeitos, qualquer lista concorrente apresentada em contravenção ao disposto nos números anteriores.

ARTIGO 10º
(APRECIAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES)

1. A Mesa da Assembleia Geral apreciará a legitimidade das candidaturas apresentadas e divulgará, até dez dias antes do acto eleitoral, a relação das listas aceites, classificando-as por ordem de apresentação (A, B, C, etc.).
2. A Mesa da Assembleia Geral, sempre que considerar necessário, deverá exigir dos candidatos a prova das condições de elegibilidade, mediante a apresentação de documentos passados pela entidade competente.

3. Qualquer sócio poderá remeter à Mesa da Assembleia Geral os documentos que julgue úteis para demonstrar a existência ou inexistência das condições de elegibilidade de qualquer dos candidatos.
4. As reclamações quanto à aceitação ou recusa das candidaturas deverão ser apresentadas por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até cinco dias antes da eleição.

CAPÍTULO IV DO ACTO ELEITORAL

ARTIGO 11º (CONVOCAÇÃO)

A Assembleia Geral para efeito de eleição dos Corpos Sociais deverá reunir até trinta dias depois da votação do Relatório e Contas.

ARTIGO 12º (DECISÃO DAS RECLAMAÇÕES)

Antes de proceder à votação, deve a Mesa da Assembleia Geral deliberar acerca das reclamações oportunamente apresentadas sobre a relação de sócios eleitores e elegíveis e sobre a aceitação ou recusa das candidaturas.

ARTIGO 13º (BOLETINS DE VOTO)

Os boletins de voto serão em papel liso, sem marca ou sinal externo, todos com as mesmas dimensões, e conterão bem legíveis, a designação de todas as listas concorrentes ao acto eleitoral.

ARTIGO 14º (VOTAÇÃO PRESENCIAL)

As votações serão feitas por escrutínio secreto devendo o boletim de voto, convenientemente dobrado em quatro partes, ser entregue pelo próprio sócio eleitor ao presidente da mesa de voto.

ARTIGO 15º
(VOTAÇÃO POR CORRESPONDÊNCIA)

1. É permitido o voto por correspondência.
2. O voto por correspondência só será válido sendo o boletim remetido e dobrado em sobrescrito fechado e em branco, acompanhado de uma carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, devidamente assinada e com a assinatura autenticada por reconhecimento notarial ou fotocópia do bilhete de identidade.
3. O sobrescrito que contiver o boletim será imediatamente introduzido na urna e só será aberto no momento da contagem dos votos, devendo sempre ser salvaguardado o sigilo do voto.

ARTIGO 16º
(ESCRUTÍNIO)

1. O escrutínio efectuar-se-á imediatamente depois de concluída a votação.
2. Poderão servir de escrutinadores, além dos membros presentes da Mesa da Assembleia Geral, candidatos das listas concorrentes às eleições ou seus representantes que sejam convidados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
3. As dúvidas que se levantarem no apuramento do escrutínio serão resolvidas por deliberação da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO 17º
(PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS)

1. Finda a eleição, serão proclamados eleitos os mais votados.
2. No caso de empate, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral suspenderá a sessão e marcará a repetição do acto eleitoral, que deverá realizar-se no prazo máximo de vinte dias.
3. Os resultados das eleições serão afixados na sede da AP3E e publicados no Boletim Informativo "Detónica".

CAPÍTULO V
DAS ELEIÇÕES ANTECIPADAS

ARTIGO 18º
(FALTA DE QUORUM DOS CORPOS SOCIAIS)

A falta ou impedimento prolongado de membros dos Corpos Sociais da Associação que impeça o normal funcionamento dos mesmos, obriga à realização de eleições antecipadas.

Considera-se como impeditivo do funcionamento normal dos Corpos Sociais:

Direcção: A falta ou impedimento prolongado, em simultâneo, do Presidente e do Tesoureiro, ou, bem assim, de três ou mais Directores.

Conselho Fiscal: A falta ou impedimento prolongado, em simultâneo, de dois dos seus membros.

O PRESENTE REGULAMENTO FOI APROVADO EM REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DA AP3E, DE 11 DE Março DE 1994, CONFORME CONSTA DA RESPECTIVA ACTA Nº 3.